

# XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

## GT-5 – Política e Economia da Informação

### **A POLÍTICA DE ARQUIVO COMO POLÍTICA DE INFORMAÇÃO: AÇÕES DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO NA PREFEITURA DE VITÓRIA, ES.**

### ***AN ARCHIVAL POLICY AS AN INFORMATION POLICY: ACTIONS OF APPRAISAL OF ARCHIVE DOCUMENTS IN THE CITY OF VITÓRIA, ES.***

Luiz Carlos da Silva – Universidade Federal do Espírito Santo  
Renato Pinto Venancio – Universidade Federal de Minas Gerais

#### **Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** A presente comunicação discute a política de informação com foco na função arquivística de avaliação, voltada para a governabilidade e a busca de eficácia. O objetivo dessa pesquisa é apresentar a política de arquivo como uma política de informação, através da função arquivística avaliação que colabora para a boa gestão informacional e garante a governabilidade. Foi desenvolvido um estudo teórico com base em autores da Ciência da Informação. Focamos, posteriormente, no campo pragmático, a avaliação de documentos através dos autores do campo arquivístico. Na pesquisa empírica apresentamos a aplicação das tabelas de temporalidade das secretarias do governo municipal da prefeitura de Vitória, na eliminação e destinação final de conjunto documental específico. Concluímos que a política de arquivo tem consonância com a política da informação. Por outro lado, também constatamos que não é possível haver eficientes políticas econômica, industrial, social, educacional, ou então de saúde pública e de segurança, sem a recuperação igualmente eficiente da informação. Por fim, o que se constatou, na prefeitura de Vitória, ES, é a implementação da política de arquivo forma precária, com problemas estruturais, apesar do esforço e dedicação dos funcionários.

**Palavras-Chave:** Política de Informação 1; Política de Arquivo 2; Arquivologia 3; Avaliação de documentos 4; Documento de arquivo 5.

**Abstract:** This paper discusses an information policy focusing on the archival evaluation function, focused on governance and a search for effectiveness. The objective of this research is to present an archive policy as an information policy, through the archival evaluation function that collaborates for a good informational management and guarantees the governability. A theoretical study based on Information Science authors was developed. We then focus on the pragmatic field, an evaluation of documents through the authors of the archival field. An empirical research presents an application of the temporality tables of the municipal government departments of Vitória, in the alteration and final destination of the specific documentary set. Conclude that an archive policy is in line with an information policy. On the other hand, we also find that it is not possible to have economic, industrial, social, educational policies or public health and security without efficient economic retrieval of information. Finally, or found, in the municipality of Vitória, ES, is the implementation of the policy of precariously formed archives, with problems identified, despite the effort and dedication of employees.

**Keywords:** Information Policy 1; Archive Policy 2; Archivology 3; Documents appraisal 4; Archive document 5.

## 1 INTRODUÇÃO

A política de arquivo pode ser apresentada como uma política de informação porque as funções que sustentam essa política colaboram para a boa gestão informacional. No intuito de explorar essa dimensão, apresentaremos, através do Arquivo Geral (denominação dada ao arquivo público municipal local), a avaliação de documentos como uma dimensão na política de arquivo da Prefeitura Municipal de Vitória - ES (AGV-ES).

Devido a sua dinamicidade, não é fácil descrever a 'informação', porque ela é objeto da Ciência da Informação e, além disso, está presente em diversas outras ciências e disciplinas. A dificuldade em defini-la decorre de sua interdisciplinaridade. Roncaglio, Szvarça, Bojanoski (2004, p. 1) afirmam, por exemplo, que a “informação e o documento são termos polissêmicos”. Quanto à informação, esses autores sublinham que “é um termo de difícil definição porque permeia toda estrutura social. Tudo o que vemos, fazemos, inventamos, construímos, vestimos, falamos, escrevemos, desenhamos é informação”. No que diz respeito ao documento, esses autores afirmam que também se trata de “um termo polissêmico, posto que se possa considerar documento qualquer suporte que registre informações”.

Tendo em vista essa pluralidade, devemos afirmar que existem 'ciências' da informação, e não apenas uma única disciplina, com corpo teórico e metodológico definido. As 'ciências' da informação são representadas, dentre outras áreas, pela Ciência da Computação, Engenharia da Comunicação, Engenharia da Informação, Tecnologia da Informação, Gestão da Informação, Documentação, Informática, Biblioteconomia e Arquivologia; todas essas áreas, em certo sentido, têm como objeto o uso da informação.

Em nossa pesquisa, consideramos essa multiplicidade, mas destacamos que se entende os documentos, no sentido arquivístico, como “informação registrada”, possuidora de formas variadas e diferentes suportes, com características que a diferenciam dos documentos das demais áreas citadas, em razão de seus valores administrativos, científicos, históricos e culturais (RONCAGLIO, SZVARÇA, BOJANOSKI, 2004).

Portanto, as informações registradas, enquanto objeto da Arquivologia:

- São documentos produzidos e/ ou acumulados organicamente no decorrer das atividades de uma pessoa, família, instituição pública ou privada.
- São criados uns após os outros, em decorrência das necessidades sociais e legais da sociedade e do próprio desenvolvimento da vida pessoal ou institucional.

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019  
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

- São caracterizados pela organicidade porque isto significa que um documento não tem importância em si mesmo (embora possa conter informações valiosas), mas sim no conjunto de documentos do qual faz parte, e que ajuda a explicar, demonstrar, comprovar, enfim, dar a conhecer a realidade que se busca compreender seja ela a vida de uma pessoa ou as atividades de uma empresa pública ou privada.
- São documentos produzidos com finalidades específicas para atender várias demandas de informações. E alguns documentos podem, no seu momento de criação, ter um valor histórico (RONCAGLIO, SZVARÇA, BOJANOSKI, 2004, p 2).

Os documentos arquivísticos são informações orgânicas. Nos ambientes em que eles são custodiados, busca-se promover seu acesso, preservando-os como provas de ações ou transações. Os documentos de arquivo também são factíveis de avaliação, que determinam os prazos que os documentos devem ser mantidos. Após serem avaliados, esses documentos são eliminados, depois de transcorridos prazos variados, de acordo com a função legal do registro, ou terão a guarda permanente determinada, em razão das informações neles contidas. Os documentos arquivísticos, físicos ou digitais, carecem de políticas informacionais e de políticas de arquivos, para que a gestão deles não seja desenvolvida de forma intuitiva ou contraproducente.

## **2 DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO A POLÍTICA DE INFORMAÇÃO**

Este estudo foi desenvolvido no campo da Ciência da Informação, numa perspectiva que dialoga interdisciplinarmente e interage com a arquivística, através da pesquisa dos fenômenos, técnicas, uso e recuperação da informação. Como é sabido, a Ciência da Informação desenvolveu-se num mundo globalizado. Santana e Silva (2015) observam que o processo de globalização e a chegada da Sociedade da Informação são sustentados pelo avanço tecnológico, favorecendo a produção documental e despertando a chamada explosão bibliográfica, também chamada por alguns de caos documentário. Esse último fenômeno corresponde

[...] ao acentuado volume de publicações lançados no mercado, cujas causas estão relacionadas à invenção da imprensa de Gutenberg, em 1448. Foi por meio desse acontecimento que surgiu a possibilidade de reprodução em série do conhecimento registrado, o que desencadeou, ao longo de seis séculos, o aumento exponencial do volume de publicações editadas no mundo (WEITZEL, 2002, p. 62).

As inovações na tecnologia contribuíram para a formação da Sociedade da Informação, que é pautada pelo avanço da produção do conhecimento. Tal mudança também impactou o campo arquivístico, principalmente pela multiplicação da informação

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

registrada organizacional. Tanto na área da produção do documento científico, como na relativa ao documento administrativo, observa-se a explosão da produção informacional, exigindo o aprimoramento das ferramentas da gestão. Porém, o aumento da produção informacional, principalmente a orgânica, não é um problema em si mesmo. Barreto (2012) comenta que o livre fluxo de informação, e sua distribuição equitativa, tem sido um sonho de diversos homens em diversas épocas. Após a tecnologia e a comunicação ter desenvolvido a capacidade de processamento para a área de serviços, a economia passou a ter por base o conhecimento e a informação. Por isso constatamos a necessidade crescente da boa governança da informação, através de políticas que garantam o uso eficaz e gerenciamento da tecnologia da informação.

No campo arquivístico, isso diz respeito aos documentos nascidos para registrar as atividades de organizações e pessoas físicas. Sandra Braman também associa essas mudanças à ampliação e modificação das funções do Estado:

While information policy is among the most ancient forms of governance, there has been a phase change - a change of state - in the extent to which governments deliberately, explicitly, and consistently control information creation, processing, flows, and use to exercise power (BRAMAN, 2006, p. 1)<sup>1</sup>.

Os processos pelos quais chegamos, há mais de meio século, à sociedade da informação, permitiram que as tecnologias industriais fossem substituídas por metatecnologias informativas. As organizações privadas mudaram sua forma e novas arquiteturas de conhecimento foram desenvolvidas. A informação, a rede e a economia substituíram as economias industrial e agrícola (BRAMAN, 2006).

No entanto, muitos problemas que vivenciamos anteriormente, quanto ao uso e o fluxo da informação, ainda continuam a existir. Além disso, as inovações tecnológicas e os novos usos da informação geraram novos problemas. Braman (2006, p. 2) constata isso quando comenta: *“Many of today’s information policy problems are enduring in nature, but others are not”* [...] <sup>2</sup> Essa mesma autora afirma:

In some cases traditional issues appear in new forms, as when privacy is invaded via technologies that can be used at a distance in ways imperceptible to the

---

<sup>1</sup> [Tradução nossa] Embora a política de informação esteja entre as formas mais antigas de governança, houve uma mudança de fase - a mudança de escopo - na medida em que os governos deliberadamente, explicitamente e consistentemente controlam a criação, processamento, fluxo e uso da informação para exercer o poder.

<sup>2</sup> [Tradução nossa] Muitos dos problemas atuais da política de informações são de natureza duradoura, mas outros não.

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019  
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

surveillance subject. There are areas in which longstanding policy principles need reinterpretation in order to be applied in a qualitatively changed environment. Some completely new types of information policy issues are emerging because of technological capacities never before available, as with the question of liability for processes launched by intelligent agent software (BRAMAN, 2006, p. 2)<sup>3</sup>.

A Ciência da Informação foi impactada por todas essas transformações e vem desenvolvendo estudos para entender esses novos fenômenos. Trata-se uma ciência contemporânea, fruto da revolução tecnológica e científica, desenvolvida principalmente durante a segunda metade do século XX. Uma das questões interdisciplinar relativa a essa área diz respeito às políticas de informação, porque a gestão informacional tornou-se mais descentralizada, ao mesmo tempo em que a máquina burocrática governamental em muito foi ampliada. Segundo Jardim, Silva, Nharreluga:

As novas dinâmicas de produção e de uso da informação que emergiram após os anos 90, especialmente nos países de capitalismo central, provocaram reconfigurações em diversos cenários informacionais: nas relações entre Estado e sociedade, nas agendas governamentais, nos parâmetros econômico-produtivos, nos métodos e conceitos de gestão no universo corporativo, em comportamentos sociais diversos, etc. (JARDIM, SILVA, NHARRELUGA, 2009, p. 3)

Constatamos, ainda, na citação abaixo, que uma política de informação pode ser vista como

[...] um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos interrelacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital da informação: a produção, coleção, organização, distribuição/disseminação, recuperação e eliminação da informação. Política de informação compreende o acesso à, e uso da informação (JARDIM, SILVA, NHARRELUGA, 2009, p. 9).

Tal política abrange vários aspectos

[...] científicos, tecnológicos, políticos, organizacionais e sócio-culturais, inerentes a esse processo, têm demandado novas questões e a conseqüente busca por respostas em todas essas facetas da contemporaneidade. Uma das áreas mais complexas - inclusive pela diversidade e intensidade de informações que acolhe - é o cenário que envolve Estado, governos e sociedade. Sob a égide de uma dimensão informacional cada vez mais densa e complexa, o Estado adquire novos contornos, assim como a cidadania tende a forjar novos mecanismos informacionais para o exercício de direitos políticos, sociais e civis (JARDIM, SILVA, NHARRELUGA, 2009, p. 3).

---

<sup>3</sup> [Tradução nossa] Em alguns casos, os problemas tradicionais aparecem em novas formas, como quando a privacidade é invadida por meio de tecnologias que podem ser usadas à distância de maneiras imperceptíveis para o sujeito da vigilância. Há áreas em que os princípios políticos de longa data precisam de reinterpretação para serem aplicados em um ambiente qualitativamente alterado. Alguns tipos completamente novos de questões de política de informação estão surgindo devido às capacidades tecnológicas nunca antes disponíveis, como a questão da responsabilidade por processos lançados por software de agente inteligente

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019  
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

Destarte abordaremos a política de informação com foco na política arquivística, voltada para a governabilidade porque os arquivos sempre necessitam de atenção da gestão informacional, para serem utilizados como fonte de tomada de decisões. As políticas, quanto à organização e o tratamento das informações contidas nos arquivos, também são importantes para o controle da sociedade frente às decisões burocráticas, promovendo sua transparência.

### **2.1 Entendimentos da Política de Informação**

Apresentamos no XIX Encontro Nacional de Ciência da Informação, ENANCIB (2018) a comunicação denominada “A Identificação da Política Arquivísticas como Política de Informação: A Avaliação Arquivísticas no Arquivo Histórico da Prefeitura de Vitória - ES”, e nele citamos que a Arquivologia procura preservar os documentos institucionais e pessoais, para uso imediato, e também futuro, através das tecnologias digitais e ou analógicas que estão em uso na atualidade.

As informações contidas nos arquivos são aquelas que podem ser absorvidas para dar oportunidades sinérgicas, coletivas e corporativas de desenvolvimento de ações para a produção do conhecimento ou tomada de decisões das instituições. As políticas públicas de informação precisam existir, para que os registros das ações sejam preservados e o acesso às informações seja garantido à sociedade. Quanto a essa política, Jardim, Silva e Nharreluga (2009) sublinham que ela tem sido identificada historicamente como um tema fundamental, após a Segunda Guerra Mundial, especialmente em países de capitalismo central. A sua configuração tem se caracterizado por vinculações a contextos sociais e históricos variados. O cenário privilegiado no qual o tema adquire nitidez teórica e desdobramentos operacionais são as estruturas do Estado, através de formas de governo nos âmbitos local, regional, nacional e até mesmo transnacional.

### **3 DEFINIÇÕES DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTO**

A necessidade de gerenciar a grande quantidade de informação documental produzida pela administração organizacional conduziu a arquivística a utilizar-se da gestão documental para organizar e destinar os documentos produzidos. A gestão documental recorre à avaliação documental, que é um instrumento que não somente visa a eliminação, mas também a preservação documental. Essa metodologia promove a eliminação

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

equilibrada dos documentos inservíveis, que perderam o valor primário e secundário, e, nesta mesma ação, garante o recolhimento em instituições arquivísticas daqueles que adquiriram valor permanente, em conformidade com a seleção predefinida por uma tabela de temporalidade.

Avaliação, portanto, é um ato de valorar, apreciar ou mesmo analisar algo e, também, de aferir valor administrativo e/ou jurídico a um patrimônio que poderá ter uma prescrição moral ou legal. De modo geral, há muito temor quando se fala em avaliar e, mais ainda, em eliminar. Por um lado, o medo se justifica, pois, avaliar, para muitos, significa apenas descartar sem critérios e pode resultar em perdas irreparáveis. Por outro lado, tal atitude temerosa também pode revelar a inconsistência teórica e prática de trabalhos arquivísticos, que não se sustentam na pesquisa e se situam no senso comum (LOPES, 2009).

Os termos em inglês *appraisal* e *selection*, muitas vezes, são tratados como sinônimos. Entretanto, a 'seleção' é a "aplicação prática e controlada de princípios de avaliação a conjunto de materiais", enquanto a "avaliação" é "a atividade intelectual de tomada de decisões que precede a destinação". A avaliação, portanto, fornece estrutura intelectual, em que a atividade destinação tem lugar (SCHELLENBERG, 2006).

O processo de avaliação se fundamenta nos seguintes aspectos, relativos ao conjunto de documentos analisados:

- a) uso administrativo corrente e para fins legais;
- b) valor informativo para pesquisa;
- c) relacionamento com outros documentos.

Para os mencionados autores, o processo de análise e seleção de documentos de arquivo, com vistas à fixação de prazos para a retenção ou eliminação, estabelece sua destinação de acordo com normas legais e os usos efetivos desses registros pelos produtores, assim como pelos órgãos fiscalizadores (CAVALCANTI e CUNHA, 2008). O crescimento da produção documental foi o precursor dessas ações que tem por objetivo diminuir os conjuntos documentais de guarda permanente. Desde meados do século XX, com o aumento da população e das estruturas administrativas burocráticas, tanto na esfera pública quanto na privada, tornou-se impossível preservar todos os documentos de arquivo acumulados e dispor de pessoal para gerenciá-los.

### 3.1 Ações para valorar documentos de arquivo

Lopes (2009, p. 307) sugere que “a avaliação, para ser científica precisa estar integrada à classificação. Portanto, rejeitam-se as muito conhecidas experiências avaliativas que não estiveram relacionadas à classificação”. Essa ação evita a má interpretação dos documentos administrativos e garante a organização e destinação documental, evitando fatos e decisões fora dos padrões arquivísticos. Postula-se, inclusive, que a avaliação ocorra na origem, ou seja, no momento da produção documental. É nesse momento que deve ocorrer a classificação, pois a classificação *a posteriori*, denominada como 'arranjo', incide sobre massas documentais acumuladas de forma desorganizada e, por isso, exigente de muito mais tempo e dispêndios. Além disso, por terem sido acumuladas de forma desorganizadas, essas massas não são utilizadas por seus produtores, dependendo de seu recolhimento em instituições arquivísticas para receberem o tratamento adequado (LOPES, 2009).

Lopes (2009) afirma, ainda, que a classificação ideológica é um primeiro nível da interpretação do sentido das mensagens, o que implica no estabelecimento de um juízo de valor, determinando, por exemplo, o que pertence a um fundo e o que pertence a outros; o que é arquivístico e a que não tem esse atributo. Classifica-se avaliando. Avalia-se, na perspectiva aqui definida, começando por classificar. Logo se verifica que a construção de uma tabela de temporalidade é, ao mesmo tempo, um procedimento classificatório, avaliativo e descritivo, também se vinculado à questão de atribuição do valor do documento.

Outro fato que interessa ressaltar é que, conforme afirma Lopes (2009), inexistente uma teoria do valor pronta e acabada na literatura arquivística. Apesar de ser bastante debatido por vários autores, o problema da avaliação é frequentemente visto de forma fragmentária e, por vezes, superficial. Há várias metodologias – como a avaliação funcional, a macroavaliação e a estratégia documental –, sintetizadas no Quando 1. Porém, todas elas apresentam elementos de subjetividade. Ao certo tem em comum considerar os documentos arquivísticos em duas categorias de valor: o valor primário, para a própria entidade onde se originam os documentos, e o valor secundário, para outras entidades e utilizadores privados. Eis o que afirma o formulador da proposta de avaliação funcional, metodologia de avaliação presente na legislação brasileira e em resoluções do Conselho Nacional de Arquivos - Conarq:

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

Os documentos oficiais são preservados em arquivos por apresentarem valores que persistirão por muito tempo ainda depois de cessado seu uso corrente e porque os seus valores serão de interesse para outros que não os utilizadores iniciais, logo são conhecidos pelos seus valores secundários e são analisados em relação a dois aspectos: a) prova que se contém da organização e do funcionamento do órgão governamental que os produziu; e b) a informação que contém sobre pessoas, entidades, coisas, problemas, condições etc. com que o órgão governamental haja tratado (SCHELLENBERG, 2006, p. 180-181).

**Quadro 1: Os teóricos da avaliação na Arquivologia**

<b>Teóricos</b>	<b>A função do arquivista</b>	<b>O que é fundamental no processo da avaliação</b>
Hilary Jenkinson, 1922	Não participante	Competência exclusiva do produtor, considerando uma tarefa que não cabia aos arquivistas
Philip C. Brooks, 1940	Participação desde a criação do documento	Definição do valor histórico
G. Philip Bauer, 1946	Pragmática	Os custos como critério de decisão
A. Matilla Tascón, 1956	-	Não implementação da avaliação na fase corrente, favorável às eliminações massivas e partidário da microfilmagem.
T.R. Schellenberg, 1958	Intervencionista e não onisciente	Análise do valor administrativo dos documentos e busca da opinião dos pesquisadores sociais sobre o valor informacional dos documentos
Maria del Carmen Pescador del Hoyo Y Carmen Crespo Nogueira, 1970	-	Verificar a antiguidade, a caducidade, a duplicidade e o valor histórico dos documentos
Hans Booms, 1972	Social e política	Planejamento é a base da constituição do patrimônio arquivístico
Helen Samuels, 1984	Cooperativa	Estabelecer uma estratégia para avaliar os documentos
Terry Cook, 1991	Metódica	Considera processo subjetivo, defende a macroavaliação
Maria Luisa Conde Villa Verde, 1991	-	Propõe a coordenação da avaliação com os distintos níveis da administração
Terry Eastwood, 1992	Utilitarista	Análise objetiva da qualidade, da utilidade e uso dos arquivos
David Bearman, 1993	Funcional	Considera inúteis os métodos tradicionais, defende a criação de novos métodos

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

Carol Couture, 1997	Mediadora	Assegura o equilíbrio entre finalidades administrativas e patrimoniais, entre o contexto de produção e a utilização
---------------------	-----------	---

Fonte: Indolfo (2012).

Os valores inerentes aos documentos decorrentes da prova da organização e funções são chamados de valores probatórios. Por esse termo entende-se o valor inerente aos documentos públicos devido a qualquer qualidade ou mérito especial que tenham como provas. Esse valor depende do caráter e da importância da matéria provada, isto é, da origem e dos programas substantivos, ou da finalidade da entidade que produziu documentos (SCHELLENBERG, 2006). É também recomendado que existam comissões de avaliação de documentos, compostas de membros portadores de conhecimentos diversificados. Isso vai ao encontro da asserção de Schellenberg, quando comenta que se a análise do arquivista nem sempre fornece informações necessárias à avaliação de documentos, ele deverá procurar auxílio de especialistas:

É lógico que não pode esperar que um arquivista conheça as necessidades da pesquisa de todas as matérias de erudição. Ocasionalmente ele poderá ter que avaliar documentos que envolvam conhecimentos além de sua esfera. Deverá procurar auxílio de especialistas naqueles campos (SCHELLENBERG, 2006, p. 228).

Schellenberg comenta ainda que, antes de buscar ajuda dos especialistas, o arquivista deverá:

Fazer o trabalho básico de análise, preliminar à avaliação de documentos. Deve em primeiro lugar, reunir os dados sobre os documentos em questão, que são essenciais para se determinar a unicidade e a forma da informação neles contida; descrever as várias séries a serem apreciadas, indicando sua forma e volume, tipos de informação que oferecem sua relação para com outros grupos ou séries que contém informação idêntica, sua relação com fontes já públicas, etc., a fim de que os especialistas consultados possam mais rapidamente determinar que séries ou grupos particulares contenham informação valiosa às investigações (SCHELLENBERG, 2006).

Por isso, afirmamos que avaliação pode ser vista como um trabalho multidisciplinar, desempenhado por uma equipe treinada a identificar os valores que os documentos possuem. A avaliação arquivística analisa o ciclo de vida do documento com o olhar na guarda ou eliminação, independentemente do suporte. Entre os objetivos dessa avaliação estão a redução da massa documental, facilitando assim a recuperação rápida da

informação, assim como viabilizando economicamente a conservação de documentos de guarda permanente e a racionalização dos fluxos da produção documental, visando à boa fluidez das informações.

#### **4 AVALIAÇÃO DOS FORMULÁRIOS AVULSOS ELIMINADOS NO ARQUIVO GERAL DA PREFEITURA DE VITÓRIA - ES**

O campo de análise da presente pesquisa é a Prefeitura da cidade de Vitória, ES, por meio de seu arquivo público, denominado 'Arquivo Geral de Vitória'. A principal fonte dessa pesquisa consiste no instrumento da gestão documental, denominado tabela de temporalidade e a avaliação dos formulários avulsos.

Os procedimentos metodológicos aqui adotados visam responder a questão do uso eficiente da gestão documental pelo poder municipal. A pesquisa aqui apresentada, do ponto de vista da abordagem metodológica, é definida como descritiva, apresentando-se como uma pesquisa qualitativa, e, quanto aos procedimentos da coleta da informação, configura-se como uma pesquisa documental. Nos procedimentos empíricos apresentamos as tabelas de temporalidade das secretarias do governo municipal, como elementos de sustentação das eliminações e da destinação final dos formulários avulsos<sup>4</sup>, que outrora encontravam-se nos arquivos intermediários. Para apresentarmos os dados nas tabelas abaixo, foram avaliadas as atas de eliminações, perfazendo um total 1.250 páginas de documentos, que serviram de fonte nos gráficos, tabelas e quadros abaixo.

Quanto ao objetivo geral da pesquisa, apresentamos a política de arquivo como uma política de informação, através da função arquivística avaliação, que colabora para a boa gestão informacional e garantia da governabilidade. Para isso, utilizamos como objetivos específicos: desenvolver entendimentos sobre a ciência da informação e política de informação; conceituar avaliação documental e apresentar as ações para valorar os documentos de arquivo; por fim, descrever empiricamente a avaliação dos formulários avulsos no Arquivo Geral da Prefeitura de Vitória - ES.

---

<sup>4</sup> Os formulários avulsos são documentos padronizados, disponíveis no site da prefeitura na página de documentos oficiais, e são utilizados para atender um pedido, um convite ou solicitações, que demandam pouco ou quase nenhum trâmite interno, não demandam da protocolização.

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

As instituições, quando possuem políticas arquivísticas, produzem e gerenciam as tabelas de temporalidade meio e fim, no âmbito da documentação gerada e recebida pelos órgãos da administração direta e indireta do município. Na pesquisa em questão, observamos que essas tabelas são temáticas e possuem código de classificação. Apesar dessa constatação, registrou-se que o Arquivo Geral não elaborou planos ou códigos de classificação para a administração municipal. Os procedimentos classificatórios que aparecem nas Tabelas de Temporalidade são baseados, apenas, nas listas de termos do protocolo centralizado e estão sujeitas a constantes alterações. As referidas tabelas dão subsídios para as eliminações na administração municipal, conforme pode ser constatado no Quadro 2.

**Quadro 2: Tabela de temporalidade atividade fim**

<b>SETOR - TABELA DE TEMPORALIDADE E DESTINAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>ATUALIZAÇÃO</b>
CGM - Controladoria Geral do Município	Decreto Municipal n.º 15.362/2012, atividades fim.	15/06/2018
SECOM - Secretaria de Comunicação	Decreto Municipal n.º 14.940/2011, atividades fim	15/06/2018
SEDEC - Secretaria de Desenvolvimento da Cidade	Decreto Municipal n.º 16.558/2015, atividades fim	19/08/2016
SEGOV - Secretaria de Governo	Decreto Municipal n.º 16108/2014, atividades fim	08/05/2018
SEMAD - Secretaria de Administração	Decreto Municipal n.º 14943/2011, atividades fim	08/05/2018
SEMCID - Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos	Decreto Municipal n.º 16.088/2014, atividades fim	15/06/2018
SEME - Secretaria de Educação	Decreto Municipal n.º 16.558/2015, atividades fim	05/05/2017
SEMESP - Secretaria de Esportes e Lazer do Município	Decreto Municipal n.º 15.513/2012, atividades fim	15/06/2018
SEMFA - Secretaria de Fazenda	Decreto Municipal n.º 15362/2012, atividades fim	08/05/2018
SEMOB - Secretaria de Obras	Decreto Municipal n.º 16.558/2015, atividades fim	28/01/2016
SEMSE - Secretaria de Serviços	Decreto Municipal n.º 16.558/2015, atividades fim	28/01/2016
SEMSU - Secretaria de Segurança Urbana	Decreto Municipal n.º 17.269/2018, atividades fim	16/02/2018
SEMMAM - Secretaria de Meio Ambiente	Decreto Municipal n.º 16.909/2017, atividades fim	30/03/2017

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

Fonte: Prefeitura de Vitória - ES - Documentação Oficial

Os dados do Quadro 3, abaixo indicado, referem-se ao trabalho desenvolvido pelo Arquivo Geral. A partir de 2010, os 'formulários avulsos' de eliminação foram sintetizados em Atas de eliminação de documentos, permitindo estimar a ação efetiva da eliminação de documentos. Na última data mencionada também começou a ser divulgado tal procedimento no **Diário Oficial do Município**, que nos serve de referência para aferirmos a responsabilidade da função arquivística de avaliação.

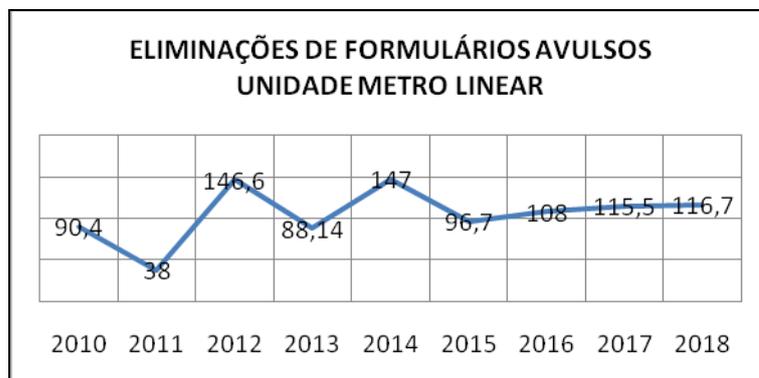
**Quadro 3: Formulários avulsos eliminados pelo AGV**

<b>ANO</b>	<b>METRO LINEAR</b>	<b>CAIXA</b>
2010	90,4	633
2011	38	266
<b>2012</b>	<b>146,6</b>	<b>1026</b>
2013	88,14	617
<b>2014</b>	<b>147</b>	<b>1029</b>
2015	96,7	677
2016	108	756
2017	115,5	809
2018	116,7	817
<b>TOTAL</b>	<b>947,04</b>	<b>6630</b>

Fonte: Arquivo Geral da Prefeitura de Vitória - ES

Observamos que nos anos de 2012 e 2014 há uma maior incidência de eliminação. Na entrevista com o arquivista responsável pela coordenação da avaliação, foi salientado que se trata de períodos em que aconteceu maior número de treinamentos desenvolvidos na Escola de Governo, através das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos. Esse trabalho teve o apoio da Coordenação do Arquivo, Secretarias envolvidas principalmente as equipes da Prefeitura. Verificamos uma queda substancial da eliminação, a partir de 2015, porque foi extinta a remuneração para os instrutores. A partir desta data, a Prefeitura passou a depender de trabalho voluntário, através de parceria da Escola de Serviço Público do Estado do Espírito Santo (ESESP) e do Arquivo Público Estadual - ES (APES). O trabalho arquivístico de avaliação passa a ser feito sem ônus para a Prefeitura, mas impacta em termos de sua produtividade, pois os volumes de eliminação alcançados em 2012 e 2014 não são mais registrados.

**Gráfico 1: Eliminações de Formulários Avulso AGV**



Fonte: Arquivo Geral da Prefeitura de Vitória - ES.

Separamos os dados obtidos na planilha do ano de 2014 (por ser o ano de maior incidência) e averiguamos quais secretarias obtiveram maior quantidade de eventos<sup>5</sup>, para analisarmos as eliminações em sua especificidade institucional. Ao assim proceder, obtivemos o resultado abaixo:

**Quadro 4: Secretarias de maior índice de eliminações, 2014**

SECRETARIA	CAIXA	METRO LINEAR
SEMAD - Secretaria de Administração	472	67,4
SEMFA - Secretaria de Fazenda	182	26,0
SEME - Secretaria de Educação	137	18,5
SEDEC - Secretaria de Desenvolvimento da Cidade	111	15,8

Fonte: Arquivo Geral da Prefeitura de Vitória - ES.

Um metro linear de documentação corresponde a aproximadamente 7.000<sup>6</sup> páginas. Portanto, o trabalho de avaliação da prefeitura em questão é relevante e envolveu centenas de milhares de páginas. Também identificamos as séries documentais, para avaliar se eram provenientes das atividades meio ou finalísticas. Na SEDEC, 50% das atividades caracterizaram como atividades meio e 50% como atividades fim; na SEMAD e na SEME,

<sup>5</sup> Analisamos as Secretarias que atingiram mais 5% do total de eliminações, perfazendo o parâmetro acima de 151 caixas ou 21,5 metros lineares. O índice acima é o mínimo citado por Rhoads quanto ao percentual recolhidos aos arquivos permanentes. Destarte a quantidade de documentos que deveria ser recolhida seria, no mínimo, 5% dos produzidos pelo arquivo corrente.

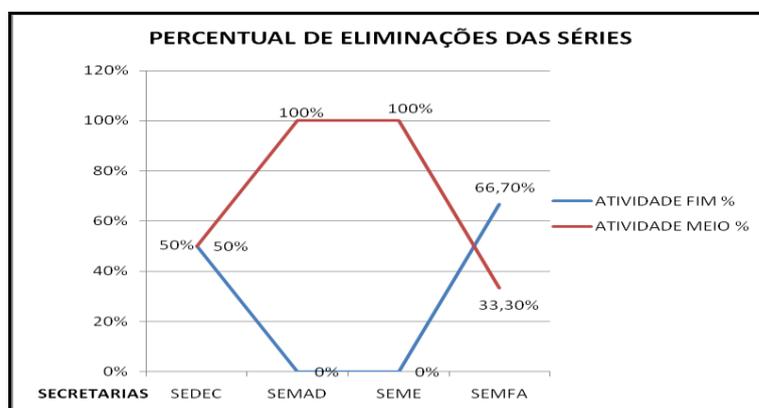
<sup>6</sup> Mensuração utilizada: SÃO PAULO (Governo). Cartilha Recolhimento de Documentos de Guarda Permanente. Coleção Gestão Documental Nº 1, 2014, p 19. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/gestao/pdf/Cartilha\\_Orientacoes\\_%20para\\_%20recolhimento\\_.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/gestao/pdf/Cartilha_Orientacoes_%20para_%20recolhimento_.pdf). Acesso em 16 jul. 2019.

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

100% das atividades configuraram como atividade meio; na SEMFA, as eliminações apresentaram como 33,3% como atividade meio e 66,7% das séries caracterizaram como atividades fim. Portanto, a avaliação incide, em sua maior parte, sobre as atividades meio (contabilidade e finanças, por exemplo), sendo um instrumento a mais na boa governança pública.

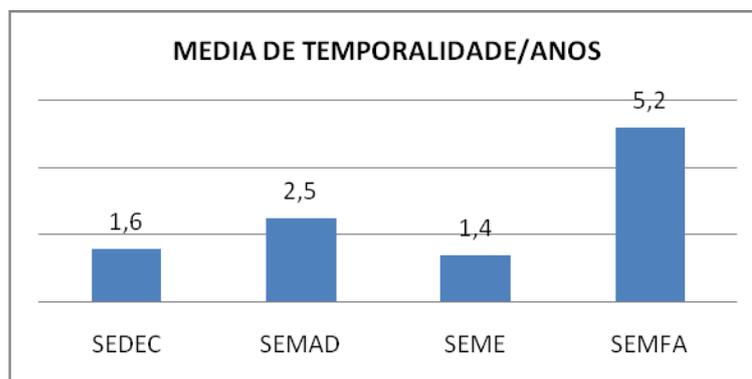
Outro aspecto pesquisado diz respeito a publicização das atividades de eliminação. Constatamos que os formulários nem sempre foram publicados no **Diário Oficial do Município** por motivo de economia de recursos orçamentários. Antes da instituição do **Diário Oficial do Município**, as publicações eram impressas em periódicos locais e geravam custos

**Gráfico 2: Percentual de eliminações das séries AGV**



Fonte: Arquivo Geral da Prefeitura de Vitória - ES.

**Gráfico 3: Média de temporalidade em anos AGV**



Fonte: Arquivo Geral da Prefeitura de Vitória - ES

Também identificamos os prazos de guarda da documentação eliminada. Notamos que a atividade fim na SEMFA resulta na temporalidade com maior número de anos,

conforme mostra o Gráfico 3. A atividade fim é a operação de uma instituição para o desempenho de suas atribuições específicas e resulta na produção e acumulação de documentos para o seu funcionamento. Logo, tendem a ser armazenadas por mais tempo devido a exigências legais, necessidades de uso dos produtores ou exigência dos órgãos fiscalizadores. Estes efeitos são facilmente compreendidos para o caso SEMFA, porque os documentos aí contidos estão relacionados às finanças do tesouro municipal e requerem maior precaução quanto a sua eliminação.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluimos que as políticas públicas sempre estão imbricadas em outras, como é o caso da política de arquivo que tem consonância com a política da informação. Conforme argumentamos inicialmente, as funções da política de arquivo colaboram para boa gestão informacional, contribuindo para governabilidade nas tomadas de decisões.

Não é possível haver eficientes políticas econômica, industrial, social, educacional, ou então de saúde pública e de segurança, sem a recuperação igualmente eficiente da informação; o acesso à informação é também a base da transparência da esfera pública.

O que se constatou na prefeitura de Vitória, ES, é a implementação de forma precária, e até mesmo desrespeitando a legislação, de procedimentos comuns à gestão de documentos. Essa gestão, da forma como é implementada, não impede a formação de massas documentais desorganizadas, pois incide apenas na avaliação, não adotando procedimentos recomendados de classificação arquivísticas. Além disso, a eventual não publicização das listas de eliminação constituem um flagrante desrespeito à lei, comprometendo a transparência desse procedimento e criando insegurança jurídica no âmbito do poder municipal.

Constata-se dessa forma, problemas estruturais e que demandam uma firme ação do Ministério Público e de órgãos de fiscalização, como o Tribunal de Contas. Ademais, clama-se por uma ação mais enfática do Conselho Nacional de Arquivos - Conarq, alertando para a ilegalidade dos procedimentos adotados pelo poder municipal da capital do Estado do Espírito Santo. Paralelamente a esses macroproblemas, há questões pontuais que podem ser alvo de ações imediatas. Eis algumas delas:

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

- Notou-se que o fator de conversão em metros lineares está em desacordo com as medidas de mensuração. O índice que deve ser utilizado é 0,143m/l, aproximadamente, conforme tabela do TJAM (Tribunal de Justiça do Amazonas);
- Deve-se adotar maior rigor no preenchimento das atas, evitando rasuras e dados incompletos, porque a não adoção destas rotinas acarretam omissões de dados cruciais para testemunhos futuros e auditorias;
- Não se deve utilizar a nomenclatura “diversos” nas mensurações que exigem unidades de medida. Caso os membros das Comissões Setoriais não saibam como medir o acervo a ser eliminado, devem solicitar que um funcionário ou coordenador do Arquivo os auxiliem;
- Verificou-se que as Atas estão sem o carimbo, que informa a data de publicação no Diário Oficial do Município. A não publicação dessas Atas compromete a transparência dos procedimentos de avaliação documental arquivística;
- As descrições das séries são confusas, com termos não arquivísticos, dificultando a identificação das tipologias documentais;
- As Atas, por vezes, não seguem a sequência numérica das folhas, quando se trata de atas composta por várias folhas;
- As tipologias documentais, por vezes, são confundidas com formatos. Quase não é utilizada a espécie documental, somada ao predicativo da atividade que a gerou.

Por último, mas não menos importante, cabe lembrar que na administração municipal da capital em questão, ainda há produção híbrida de documentos, ou seja, em meio digital e papel. A não melhoria dos procedimentos de gestão documental progressivamente transferirá a desordem constatada no meio físico para o eletrônico, aumentando gastos de recursos públicos e gerando novas formas de opacidade da esfera pública.

Apesar das dificuldades constatadas, entendemos o esforço e dedicação dos funcionários, assim como da coordenação do Arquivo Geral e das comissões de avaliação, para superá-las. Em que pese isso, é preciso tornar públicas as graves deficiências

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

constatadas em termos de implementação dessa política pública arquivística municipal, o que em muito a compromete enquanto política pública de informação.

## **REFERÊNCIAS**

ASSIS, João Marcus Figueiredo; SOUZA, Rosale de Mattos. Cultura documental, religião e movimentos sociais: experiência de diálogo interdisciplinar entre Arquivologia, ciências humanas e sociais. In.: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 379-396.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma história da Ciência da Informação. IN.: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (Org.). **Para entender Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2012.

BEDIN, Sonali Paula Molin; SILVESTRE Maria de Fátima Lunardeli,. Os arquivos municipais da região metropolitana de Florianópolis. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**. v. 29, n. 1 jan-Jun (2016), Disponível em: [http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revista\\_acervo/article/view/656](http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revista_acervo/article/view/656). Acesso em: 06 set. 2018.

BRAMAN, S. An introduction to information policy. In: **Change of state: Information, policy, and power**, pp. 1-8. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.

CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira; CUNHA, Murilo Bastos da. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos /Livros, 2008.

CUBILLO, Julio. Políticas públicas de información en América Latina: ¿cuánto nos hemos renovado? **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação** - v.4 n.4 ago/2003 <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7503>. Acesso em 05 mai. 2019.

DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. **Encyclopedia of archival science**. Maryland: Rowman & Littlefield, 2015.

UNDOLFO, Ana Celeste. Avaliação de documentos de arquivo: atividade estratégica para a gestão de documentos. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. n.6, 2012, p.13-37. Disponível em: [http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e06\\_a15.pdf](http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e06_a15.pdf). Acesso em: 12 set. 2019.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios atores e processos. **Arq. & Adm.** Rio de Janeiro, v.5, n.2, jul/dez. 2006.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14, n.1, p.2-22, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a02.pdf>. Acesso em 05 mai. 2019.

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2 ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

MACNEIL, Heather. Correntes em transformação. In: **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather, organizadores. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MONTVILOFF, Victor. **Políticas nacionales de información**: Manual para la formulación, aprobación, ejecución y funcionamiento de una política nacional de información. Programa General de Información y UNISIST. París: UNESCO, 1990.

NESMITH, Tom. Archives (Institution). In: DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. **Encyclopedia of archival science**. Maryland: Rowman & Littlefield, 2015, p. 92-95.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Arquivos, Gestão de Documentos e Informação. **Enc. BIBLI**: R. Eletr. Bibl. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 2º sem. 2004. Disponível em: file:///C:/Users/Luiz%20Carlos/Downloads/287-18442-1-PB.pdf. Acesso em: 07 mai. 2019.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTA ANNA, Jorge; SILVA, Luiz Carlos. As instituições arquivísticas na sociedade da informação e a necessidade de uma gestão documental sistêmica. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 6., 2014, **Anais...** Santa Maria: Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul, 2014. p. 1020- 1041. Disponível em: <[http://pt.slideshare.net/dfloresbr/arquivologia-sustentabilidade-e-inovao-vi-congresso-nacional-de-arquivologia-anais-do-vi-cna-2014?from\\_action=save](http://pt.slideshare.net/dfloresbr/arquivologia-sustentabilidade-e-inovao-vi-congresso-nacional-de-arquivologia-anais-do-vi-cna-2014?from_action=save)>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Tradução: Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Luiz Carlos da, VENÂNCIO, Renato Pinto. A Identificação da Política Arquivísticas como Política de Informação: A Avaliação Arquivísticas no Arquivo Histórico da Prefeitura de Vitória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018. **Anais...** Londrina, 2018.

SILVA, Terezinha Elisabeth da; TOMAÉL, Maria Inês. Política de Informação: tendências internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009. **Anais...** João Pessoa, 2012.

VITÓRIA. Prefeitura Municipal. **Portal de Documentação Oficial**  
**Repositório de documentos corporativos de gestão da Prefeitura Municipal de Vitória**. Disponível em: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/docOficial/?tp=template6&c=50#>. Acesso em: 12 mai. 2019

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

WEITZEL, Simone da Rocha. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, jan./jun. 2002. Disponível em: <  
<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/414/227> >. Acesso em: 20 jun 2016.